

TURMA DE EXERCÍCIOS
SEDES | SEDF AO VIVO

ESTUDO DE CASO



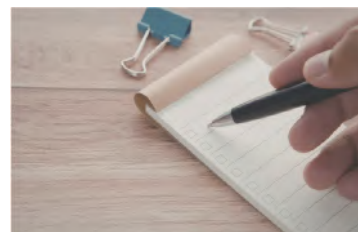
PROF. WILLIAM DORNELA

PROF. MARIANA NOLETO

Sobre a discursiva

- Discursiva eliminatória e classificatória - formato de estudo de caso.
- Valor de 100 pontos - mínimo de 50 pontos.
- Tema relacionado ao conteúdo específico.
- Mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.
- Avaliada em 3 aspectos:

- 1.** Conteúdo e Atendimento ao Comando (3,00 pontos - peso 7).
- 2.** Organização Textual (3,00 pontos - peso 1,5).
- 3.** Domínio da Modalidade Escrita (3,00 pontos - peso 1,5).



Gênero estudo de caso

13.3.3.1 Para o cargo de Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social (EDAS), a prova discursiva consistirá em estudo de caso, composto por múltiplos questionamentos, sob a forma de texto dissertativo, conforme o comando formulado pela banca examinadora.

- Parte de uma situação hipotética ou de textos motivadores.
- Precisa apresentar introdução – desenvolvimento e conclusão (conectados).
- Há solicitações a serem atendidas.

Exemplo de proposta

Em uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, uma família é acompanhada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) após encaminhamento da escola pública da região. A família é composta pela mãe, desempregada, e 3 filhos menores de idade. Um deles, de 16 anos, apresenta faltas escolares frequentes, comportamento agressivo, tendo sido algumas vezes conduzido à Delegacia da Criança e Adolescente, relatos de uso abusivo de álcool e outras drogas em espaços públicos da comunidade.

Durante o atendimento, a mãe relata grande dificuldade financeira, ausência de rede de apoio e ausência de diálogo com o filho. O adolescente demonstra resistência ao acompanhamento institucional, mas demonstra interesse em participar dos grupos de convivência existentes na região.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um estudo de caso, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em norma-padrão da Língua Portuguesa, abordando os aspectos a seguir:

- 1.** Descreva como deverá ser realizado o atendimento do adolescente e de sua família no âmbito do PAIF, indicando as estratégias de intervenção pedagógica que podem ser desenvolvidas pelo pedagogo para favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares, a permanência escolar, a participação em atividades socioeducativas e a prevenção de situações de risco, fundamentando sua resposta na legislação e nos normativos aplicáveis.

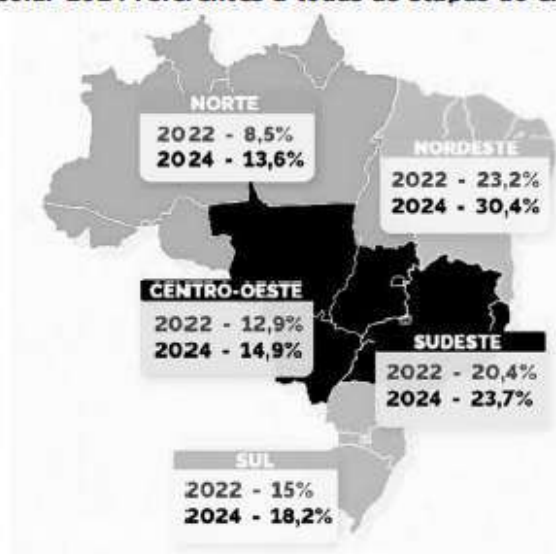
2. Apresente como deverá ser realizado o processo de avaliação e acompanhamento continuado do adolescente e de sua família, indicando formas de registro, definição de objetivos, articulação com a rede intersetorial e critérios para avaliação da evolução do caso.

SEED/ SE
Cebraspe - 2025

-- PROVA DISCURSIVA --

ESTUDO DE CASO

Aumento de matrículas em tempo integral
Dados do Censo Escolar 2024 referentes a todas as etapas do ensino na rede pública



Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

O Brasil enfrenta um momento crucial na jornada rumo ao alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, referente à educação.

Resultados de estudo divulgado em 2024 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, na área da educação, menos de 40% dos alunos conseguem atingir os níveis esperados de conhecimento ao final do ensino fundamental e apenas cerca de 30% alcançam esse patamar em matemática ao término do ensino médio. A meta proposta no estudo é atingir, até 2030, um patamar de 55% no primeiro caso e 45% no segundo.

De acordo com o previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), em dez anos, a educação em tempo integral — com jornadas diárias de 7 horas ou mais — deve ser ofertada em 50% das escolas públicas de todo o Brasil, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

No estado de Sergipe, o percentual de matrículas em tempo integral passou de 19,9% em 2022 para 25,3% em 2024, conforme dados do Censo Escolar 2024, divulgado pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Considerando a imagem e o texto precedentes, bem como o contexto educacional do estado de Sergipe, elabore um estudo de caso em que sejam abordados os seguintes aspectos:

- 1 panorama da educação em tempo integral no estado de Sergipe; [valor: 12,00 pontos]
- 2 políticas públicas que contribuem para o cumprimento, no estado de Sergipe, das metas previstas na Agenda 2030 para a educação. [valor: 16,50 pontos]

Estudo desenvolvido

Uma família composta por mãe desempregada e três filhos foi encaminhada pela escola pública da região ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ela está sendo acompanhada, pois um dos filhos, de 16 anos, apresenta faltas escolares frequentes, comportamento agressivo e relatos de uso abusivo de álcool e outras drogas. Nesse contexto de vulnerabilidade, é papel do pedagogo participar do atendimento e elaborar estratégias de intervenção, a fim de promover o fortalecimento da função protetiva da família e a garantia de direitos.

Primeiramente, o atendimento deverá iniciar-se com acolhida, escuta qualificada e diagnóstico das necessidades familiares, subsidiando a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social. Ademais, o pedagogo poderá desenvolver ações socioeducativas voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, à mediação do diálogo, como a construção de um projeto de vida conjunto, ao incentivo à permanência escolar e à inserção do adolescente nos grupos de convivência, aproveitando seu interesse. Desse modo, deverá promover ações articuladas com a escola, assegurando o direito à educação previsto na Constituição, encaminhar o jovem à rede de saúde e aos serviços de atenção psicossocial, visando à prevenção de novas situações de risco e à garantia da proteção integral.

Destarte, a avaliação e o acompanhamento deverão ser contínuos e sistemáticos, mediante registros técnicos em prontuário, visitas domiciliares e à escola, atendimentos individuais e familiares e reavaliação do PAF. Além disso, o monitoramento da evolução deverá considerar indicadores como frequência escolar, participação nas atividades propostas, fortalecimento dos vínculos familiares e redução das situações de vulnerabilidade ligadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas, assegurando os objetivos centrais de proteção integral do adolescente e de sua família.

Conteúdo

- Etapas do atendimento e atribuição básica dos cargos.
- Atribuições do seu cargo.
- Marcos da assistência social, legislação e normativos.
- Conceitos de seguridade social, assistência social, insegurança alimentar, proteção social, vulnerabilidade, risco social.
- Programas e benefícios existentes no Distrito Federal.

TURMA DE EXERCÍCIOS
SEDES | SEDF AO VIVO

LDB, LBI, DIREITO E EDUCAÇÃO



PROF. CARLINHOS COSTA

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

(IGEDUC - 2024 - Prefeitura de Cupira - PE - Professor I: Ensino Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

À luz das políticas educacionais voltadas à diversidade, julgue o item:

01. A Lei nº 9.394/1996 assegura que o currículo da educação básica deve obrigatoriamente incluir o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, com ênfase em eventos históricos.

(Instituto IBED - 2026 - Prefeitura de Jacobina do Piauí - PI - Professor Anos Iniciais - 25h)

À luz das normativas que orientam a LDB, julgue o item a seguir:

02. A LDB estabelece que a carga horária mínima anual para a educação básica será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, sendo obrigatório que essa carga horária seja dividida em parcelas diárias idênticas de quatro horas.

(Instituto IBED - 2026 - Prefeitura de Conceição do Canindé - PI - Professor do Ensino Fundamental Anos Iniciais)

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases, julgue o item a seguir:

03. O acesso e a permanência de todos na educação básica, como previsto na LDB, compreendem a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades educacionais especiais, caracterizando um avanço na inclusão.

(FGV - 2024 - Prefeitura de Macaé - RJ - Assistente Social)

O assistente social, profissional que compõe a equipe multiprofissional de educação no ambiente escolar, pode colaborar com a efetivação de alguns princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. O assistente social atua no desenvolvimento de atividades que fortalecem ações de gestão democrática e participativa no campo edu-

cacional por meio da instrumentalização de segmentos sociais tais como coletivos estudantis, associações de pais e de moradores e profissionais da educação.

04. Assim, o assistente social vem contribuindo com as conexões entre a escola, a família e a sociedade, visando:

A. esgotar as possibilidades de intervenção frente as refrações da questão social demandadas na comunidade escolar.

B. articular a política de educação com as demais políticas intersetoriais, priorizando o Sistema Único de Saúde.

C. à concretização da universalização do acesso ao ensino e à superação das desigualdades sociais.

D. o planejamento de ações, referenciadas pelos elementos constitutivos do projeto político-pedagógico da unidade escolar assim como o perfil geográfico onde está situada a unidade de ensino.

E. priorizar abordagens individuais e atuação junto às famílias como estratégias de trabalho objetivando assegurar às condições de permanência na educação escolarizada, em atenção aos enunciados dos organismos internacionais.

(CESPE / CEBRASPE - 2024 - Prefeitura de Aracaju - SE - Professor - Disciplina: Arte)
No que se refere aos fundamentos legais que embasam a educação inclusiva, julgue o item a seguir:

05. É prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a adoção de práticas pedagógicas inclusivas nos programas de formação inicial e continuada de professores, bem como a oferta de formação específica para professores que atuarão no atendimento educacional especializado (AEE).

(IGEDUC - 2024 - Prefeitura de Afogados da Ingazeira - PE - Professor I: Anos Iniciais e Ensino)

06. A legislação brasileira, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), determina que o professor de educação especial deve atuar em salas de recursos multifuncionais, sendo desnecessário seu envolvimento direto nas atividades pedagógicas das salas de aula regulares.

(CPCON - 2024 - Prefeitura de Lagoa Seca - PB - Assistente Social)

A atuação do profissional de Serviço Social no ambiente escolar contribui para politização dos diversos atores sociais, como alunos, professores, família e comunidade, através do compromisso com a efetivação dos direitos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dentre outros direitos sociais.

07. Sobre a Lei nº 9.394/1996 e suas atualizações, marque a alternativa CORRETA:

A. É dever do Estado assegurar a educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica à internet, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos.

B. O Estado tem o dever de garantir vaga em escola pública de Educação Infantil para crianças a partir de 5 anos de idade que são beneficiárias de programas sociais do governo federal.

C. A oferta de educação especial pelo Estado tem início no Ensino Fundamental e estende-se ao longo da vida.

D. O Conselho Escolar, órgão deliberativo, é composto estritamente pela direção da escola, servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola, pais e responsáveis.

E. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular a partir do Ensino Médio.

(Instituto IBED - 2026 - Prefeitura de Jacobina do Piauí - PI - Professor de Educação Especial da Sala do AEE)

De acordo com os princípios que regem LBI, julgue o item a seguir:

08. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a concepção e a implantação de projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade, o que implica que a acessibilidade seja pensada desde a origem do projeto, e não como uma adaptação posterior.

(Instituto IBED - 2026 - Prefeitura de Jacobina do Piauí - PI - Professor de Educação Especial da Sala do AEE)

09. O modelo social da deficiência, que fundamenta a Lei Brasileira de Inclusão, compreende a deficiência como o resultado da interação entre os impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial da pessoa e as barreiras impostas pelo meio, que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade.

(CPCON - 2026 - Prefeitura de Malta - PB - Orientador Social)

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), barreiras são qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que limitem ou impeçam a participação social de uma pessoa.

10. De acordo com essa legislação, as barreiras existentes na sociedade para as pessoas com deficiência são classificadas em:

A. urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.

B. atitudinais, territoriais, nos transportes, nas comunicações e na informação, arquitetônicas e tecnológicas.

C. econômicas, tecnológicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, arquitetônicas e atitudinais.

D. culturais, nos transportes, arquitetônicas, nas comunicações e na informação, tecnológicas e atitudinais.

E. arquitetônicas, nas comunicações e na informação, raciais, nos transportes, atitudinais e tecnológicas.

(Instituto IBED - 2026 - Prefeitura de Jacobina do Piauí - PI - Auxiliar de Sala de Aula - 40h)

11. O princípio da gestão democrática do ensino público, assegurado pela Constituição Federal (Art. 206) e detalhado na LDB, implica que o auxiliar de sala de aula, como parte da comunidade escolar, tem o direito de participar das instâncias colegiadas da escola, como o conselho escolar, contribuindo com sua perspectiva sobre a rotina e as necessidades dos alunos.

(Instituto IBED - 2025 - Prefeitura de Parangará - PI - Psicopedagogo)

Considerando os fundamentos da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir:

12. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, ao tratar da educação, estabelece que o ensino será ministrado com base em princípios como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o que coaduna com a autonomia didático-científica das instituições de ensino.

(IGEDUC - 2024 - Prefeitura de Afogados da Ingazeira - PE - Professor I: Anos Iniciais e Ensino Fundamental)

13. O Art. 211 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de hierarquização seus sistemas de ensino. A União é responsável pelo sistema federal de ensino e pela assistência técnica e financeira para garantir a qualidade e igualdade de oportunidades educacionais. Os Municípios devem focar no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os Estados e o Distrito Federal devem priorizar o médio.

(IVIN - 2026 - Prefeitura de Campo Grande do Piauí - PI - Professor Ciências)

14. Tomando como referência os Arts. 205 a 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelecem os princípios, objetivos e diretrizes fundamentais da educação no ordenamento jurídico brasileiro, analise as assertivas apresentadas a seguir e depois identifique a alternativa que apresenta informação **INCORRETA**:

A. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

B. A União aplicará, anualmente, nunca menos que dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no mínimo

vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

C. O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

D. O ensino será ministrado com base em princípios, dentre os quais se destacam a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, e a valorização dos profissionais da educação escolar.

E. O Plano Nacional de Educação - PNE será estabelecido por lei, com duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, metas e estratégias para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

TURMA DE EXERCÍCIOS
SEDES | SEDF AO VIVO

DIDÁTICA E O PEDAGOGO NO SUAS

PROF. GUILHERME AUGUSTO

OS
PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

OS **PEDAGÓGICOS**
cursos e concursos

01. A compreensão contemporânea da didática como campo científico da Pedagogia pressupõe reconhecer que as decisões relativas à seleção de conteúdos, às estratégias metodológicas e aos processos avaliativos são influenciadas por concepções de sociedade, cultura, conhecimento e formação humana, razão pela qual o ato de ensinar envolve escolhas que ultrapassam dimensões meramente operacionais e técnicas.

02. A relação entre didática e currículo pode ser compreendida como uma articulação dinâmica na qual o currículo define conhecimentos socialmente legitimados e a didática organiza mediações pedagógicas para sua apropriação pelos estudantes, sendo ambos atravessados por disputas históricas relacionadas à produção, seleção e circulação dos saberes escolares.

03. Em uma perspectiva dialética do ensino, os elementos didáticos podem ser compreendidos como componentes relativamente autônomos, cuja eficácia depende prioritariamente de sua aplicação individualizada, sendo possível alterar metodologias, objetivos ou formas de avaliação sem repercussões significativas sobre os demais elementos da organização pedagógica.

04. A didática crítica entende que a transmissão cultural realizada pela escola não constitui um processo neutro, uma vez que os conhecimentos escolarizados resultam de escolhas históricas e sociais que expressem valores, interesses e projetos formativos presentes em diferentes contextos sociopolíticos.

05. No planejamento didático fundamentado em concepções progressistas, a definição dos objetivos de ensino tende a ocorrer em diálogo com as necessidades formativas dos estudantes e com os contextos socioculturais em que estão inseridos, sem que isso implique abandono da sistematização dos conhecimentos científicos historicamente acumulados.

06. A utilização de recursos tecnológicos em contextos educacionais representa, por si mesma, uma transformação qualitativa dos processos de ensino e aprendizagem, independentemente das concepções pedagógicas que orientam sua utilização ou dos objetivos formativos que fundamentam a prática docente.

07. A avaliação da aprendizagem, quando concebida como prática investigativa e formativa, produz informações relevantes tanto sobre o desenvolvimento dos estudantes quanto sobre a eficácia das estratégias didáticas utilizadas pelo professor, possibilitando replanejamentos e ajustes ao longo do percurso educativo.

08. Sob a perspectiva da educação inclusiva, a didática tende a reconhecer que a diversidade presente nas salas de aula exige múltiplas formas de mediação pedagógica, o que implica flexibilizações curriculares, diversificação metodológica e ampliação das possibilidades de participação dos estudantes nos processos educativos.

09. Nas formulações contemporâneas da didática, a interdisciplinaridade é compreendida como um procedimento voltado à eliminação das disciplinas escolares tradicionais, substituindo os conhecimentos específicos das áreas por abordagens genéricas organizadas a partir de experiências cotidianas dos estudantes.

10. A evolução histórica da didática evidencia que suas concepções, métodos e finalidades sofreram modificações em função das transformações sociais, econômicas, culturais e filosóficas de cada época, permitindo compreender o ensino como prática historicamente construída e permanentemente sujeita a processos de revisão e resignificação.

Em um CRAS situado em território de alta vulnerabilidade, o pedagogo participa da equipe de referência responsável pelo acompanhamento de famílias inseridas no PAIF. Durante o planejamento das ações, percebe-se que parte das famílias compreende o serviço como espaço de recebimento de benefícios, demonstrando baixa participação em atividades coletivas. A equipe discute como a dimensão pedagógica pode contribuir para ampliar o vínculo dos usuários com o serviço.

01. A atuação mais adequada do pedagogo consiste em:

- A.** reorganizar as ações socioeducativas de modo dialógico, territorializado e participativo, articulando oficinas, rodas de conversa e atividades coletivas voltadas à convivência, autonomia, cidadania e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- B.** priorizar atividades de caráter informativo sobre critérios de acesso a benefícios, considerando que a principal função pedagógica no CRAS é esclarecer regras administrativas para reduzir dúvidas dos usuários.
- C.** estruturar oficinas com formato escolarizado, centradas em conteúdos curriculares e avaliação de desempenho, para garantir maior formalidade ao trabalho educativo desenvolvido no SUAS.
- D.** restringir a atuação pedagógica ao apoio administrativo da equipe técnica, elaborando materiais de divulgação e organizando listas de presença das famílias acompanhadas.
- E.** substituir os atendimentos realizados por assistentes sociais e psicólogos, assumindo a condução integral dos casos familiares em razão da natureza educativa das vulnerabilidades sociais.

Em uma unidade socioassistencial, o pedagogo elabora um projeto socioeducativo com adolescentes em situação de vulnerabilidade. Antes de definir as atividades, realiza escuta com os adolescentes, diálogo com famílias, consulta à escola do território e levantamento de espaços comunitários disponíveis. Posteriormente, organiza objetivos, metodologia, cronograma, formas de registro, indicadores de monitoramento

e momentos avaliativos com participação dos usuários.

02. Essa prática evidencia compreensão de que o planejamento participativo no SUAS:

- A.** deve priorizar o cumprimento de metas quantitativas e a reprodução de modelos de projetos já validados institucionalmente, pois a padronização fortalece a eficiência administrativa das ações socioeducativas.
- B.** depende da centralização técnica da equipe, considerando que usuários em situação de vulnerabilidade tendem a apresentar baixa capacidade de participação no processo decisório.
- C.** constitui processo flexível, coletivo e territorializado, que envolve diagnóstico, elaboração, execução, registro, monitoramento e avaliação das ações, articulando intencionalidade pedagógica e participação social.
- D.** tem como principal finalidade produzir documentos formais para comprovação da atuação da unidade, sendo a participação dos usuários elemento complementar ao registro institucional.
- E.** deve ser conduzido a partir de atividades previamente definidas pela gestão, cabendo ao pedagogo adaptar a linguagem para facilitar a adesão dos participantes.

No CREAS, o pedagogo acompanha adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A equipe identifica que parte dos adolescentes possui trajetória marcada por exclusão escolar, racismo, violência comunitária e fragilidade de vínculos familiares. Para enfrentar essa realidade, o pedagogo propõe grupos reflexivos com rodas de conversa, produção audiovisual, debates sobre direitos, projeto de vida e pertencimento territorial.

03. A proposta do pedagogo está adequada porque:

- A.** transforma a medida socioeducativa em atividade recreativa, reduzindo o peso da responsabilização dos adolescentes diante dos atos praticados.
- B.** reconhece que metodologias participativas e práticas coletivas podem favorecer responsabilização crítica, escuta, expressão, convivência, autonomia e reconstrução de

vínculos sociais.

C. desloca a atribuição do CREAS para o campo escolar, já que debates sobre projeto de vida e direitos pertencem à educação formal.

D. substitui o acompanhamento técnico individual e familiar por práticas grupais, tornando desnecessária a atuação interdisciplinar da equipe.

E. evita temas sensíveis relacionados à desigualdade social, preservando neutralidade institucional nas ações desenvolvidas com adolescentes.

Durante diagnóstico territorial, o pedagogo identifica que o território é frequentemente descrito apenas por seus índices de violência, pobreza e baixa oferta de serviços públicos. No entanto, ao dialogar com moradores, percebe a existência de coletivos culturais, grupos de mulheres, redes de solidariedade, lideranças comunitárias e experiências de apoio mútuo. A partir disso, propõe ações socioeducativas que valorizem essas forças locais.

04. Essa leitura territorial é adequada porque:

A. considera que a atuação do pedagogo deve substituir as organizações comunitárias, assumindo centralidade técnica sobre os processos coletivos do território.

B. compreende o território como espaço social, histórico e relacional, marcado por vulnerabilidades, mas também por identidades, resistências, vínculos e potencialidades comunitárias.

C. reduz as vulnerabilidades sociais a problemas culturais da comunidade, deslocando a responsabilidade do Estado pela proteção social.

D. prioriza iniciativas informais em detrimento dos serviços públicos, enfraquecendo o papel institucional do SUAS no território.

E. entende que o fortalecimento de vínculos comunitários deve ocorrer sem diálogo com as condições materiais de vida das famílias.

TURMA DE EXERCÍCIOS
SEDES | SEDF AO VIVO

PDPM E LODF

PROF. SUZELE VELOSO



OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

Durante uma grave calamidade pública que atingiu determinada Região Administrativa do Distrito Federal, o Governo requisitou temporariamente uma propriedade particular para instalar um hospital de campanha.

01. Nessa situação, a medida é incompatível com a Lei Orgânica do Distrito Federal, pois o atendimento das necessidades coletivas urgentes deve ocorrer exclusivamente mediante desapropriação previamente indenizada.

02. A seguridade social, segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal, compreende um conjunto de ações de iniciativa exclusiva do Poder Público destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, razão pela qual a participação da sociedade possui caráter meramente colaborativo e facultativo.

03. Determinada entidade privada com fins lucrativos celebrou contrato para prestar serviços complementares ao Sistema Único de Saúde do Distrito Federal. Paralelamente, recebeu recursos públicos distritais a título de subvenção para ampliação de sua estrutura hospitalar. À luz da LODF, a contratação complementar pode ser admitida em hipóteses legais, mas a concessão da subvenção pública é vedada.

04. O Distrito Federal pode destinar recursos públicos a bolsas de estudo para a educação básica em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas quando houver insuficiência de vagas na rede pública da localidade de residência do educando, permanecendo, contudo, o dever prioritário de expandir sua própria rede pública de ensino.

05. Em razão da política de proteção à pessoa idosa prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal, é assegurada a gratuidade do transporte coletivo urbano a todos os maiores de 60 anos, sendo vedada qualquer diferenciação etária para a fruição desse benefício.

(Quadrix - NOVACAP - Técnico Agrícola – 2024)

Quanto ao II PDPM, julgue os itens a seguir:

06. Um dos objetivos do II PDPM é promover ações e campanhas em defesa da Lei Maria da Penha.

(Quadrix - NOVACAP - Advogado – 2024)
Considerando essas informações, julgue os itens subsequentes, acerca do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM).

07. Entre as metas do II PDPM relacionadas à saúde da mulher, estão a implantação do Centro Especializado de Saúde da Mulher (CESMU) e o aumento do número de partos normais no SUS e na saúde suplementar.

(QUADRIX – 2025 – SEDF – Administrador)
Em relação ao Regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal e às Políticas Públicas Distritais, julgue os itens a seguir:

08. Suponha-se que uma mulher esteja desempregada desde 2019 e, sem perspectiva de melhorar na carreira, estivesse enfrentando dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No entanto, uma amiga informou a ela que o Distrito Federal estabeleceu metas de políticas públicas voltadas à redução da taxa de desemprego entre mulheres na região. Nesse caso, é correto afirmar que a informação fornecida pela amiga apresenta fundamento.

(IADES - SEDF - Professor - Área: Atividades - 2023)

Com base no Decreto no 42.590/2021, que versa a respeito do o II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (II PDPM), julgue (C ou E) os itens a seguir:

09. O II PDPM busca garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero por meio de um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas exclusivamente por órgãos governamentais

(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF - Analista de Apoio as Atividades Policiais Cíveis - Especialidade: Agente Administrativo)
Com base no Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres, julgue o item que se segue:

10. O eixo igualdade para as mulheres rurais objetiva fortalecer a cadeia produtiva, apoiando a sua organização, produção e comercialização, sem mencionar o acesso aos recursos naturais.

(IADES - BRB - Engenheiro de Segurança do Trabalho – 2019)

11. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** Compete ao poder público a adoção de medidas que coíbam a descentralização dos órgãos que tenham atribuições de defesa do consumidor.
- B.** O poder público deve garantir às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos o acesso adequado a logradouros e edifícios de uso público e privado.
- C.** Os recursos hídricos do Distrito Federal não constituem patrimônio público.
- D.** É dever da família, da sociedade e do poder público garantir o amparo a pessoas idosas e sua participação na comunidade.
- E.** A exigência de documento médico para controle de gravidez ou fertilidade em empresas e órgãos públicos é lícita e não se configura como ato de discriminação à mulher.

(IADES - EMATER DF - Contabilidade Pública – 2024)

12. Conforme o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal (DF), acerca da ordem social e do meio ambiente, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** Na assistência à saúde do DF, em regra, é incentivada a participação direta de empresas ou de capitais estrangeiros.
- A.** O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constitui disciplina em horário regular de todas as etapas da educação básica.
- C.** A seguridade social é o conjunto de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social.
- D.** As áreas públicas podem ser utilizadas para manifestações artístico-culturais, com ou sem fins lucrativos, desde que sejam compatíveis com a preservação arquitetônica e histórica.
- E.** No território do DF, desde que haja estudo prévio do impacto ambiental, é permitida a instalação de indústrias químicas de agrotóxicos.

(CESPE – 2026 - CFO – PMDF)

De acordo com o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II-PDPM), julgue

os seguintes itens:

I. O II-PDPM consiste em um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas privativamente por órgãos governamentais para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero.

II. As ações e metas previstas pelo II-PDPM estão distribuídas em três eixos temáticos.

III. Reduzir a taxa de desemprego de mulheres no DF e contribuir para a igualdade salarial entre homens e mulheres são, respectivamente, uma meta e um objetivo do mesmo eixo temático do II-PDPM.

13. Assinale a opção CORRETA:

- A.** Apenas o item II está certo.
- B.** Apenas o item III está certo.
- C.** Apenas os itens I e II estão certos.
- D.** Apenas os itens I e III estão certos.
- E.** Todos os itens estão certos.

(CESPE – 2026 - CFO – PMDF)

14. Ainda no que concerne ao II-PDPM, assinale a opção CORRETA:

A. Aumentar o número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do Governo do DF e promover a participação das mulheres no planejamento urbano das cidades são, respectivamente, um objetivo específico e uma meta do II-PDPM.

B. A promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres jovens, mulheres idosas e mulheres com deficiência é objetivo geral de um dos eixos do II-PDPM.

C. Ampliar o acesso e o número de vagas para matrículas de mulheres e seus filhos desde a educação básica até a formação profissionalizante e superior é uma meta inserida no eixo relativo à igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica.

D. No II-PDPM, reduzir a incidência de gravidez na adolescência e aumentar o número de mulheres assistidas pela saúde prisional são metas previstas no eixo relativo ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

E. No âmbito do II-PDPM, o único eixo que considera expressamente aspectos como raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero das mulheres é o eixo relativo ao enfrentamento de racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.

TURMA DE EXERCÍCIOS
SEDES | SEDF AO VIVO

LOAS E DIREITO ADMINISTRATIVO



PROF. ADENILTON ALMEIDA

(Quadrix - 2026 - CREFITO 17ª)

Região Segundo Marinela (2017), a organização da Administração é a estruturação das pessoas, das entidades e dos órgãos que irão desempenhar as funções administrativas, além da definição do modelo do aparelho administrativo do Estado.

A partir dessa informação, julgue o item a seguir:

01. Denomina-se descentralização administrativa a transferência da responsabilidade pelo exercício de atividades administrativas a pessoas jurídicas auxiliares criadas pelo Estado para esse fim.

(Quadrix - 2026 - CRECI - 24ª Região (RO))

02. A descentralização por delegação poderá ocorrer tanto por contrato administrativo quanto por ato administrativo.

(Quadrix - 2026 - CREFITO 17ª Região)

Segundo Marinela (2017), a organização da Administração é a estruturação das pessoas, das entidades e dos órgãos que irão desempenhar as funções administrativas, além da definição do modelo do aparelho administrativo do Estado.

A partir dessa informação, julgue o item a seguir:

03. Não se admite a criação de sociedade de economia mista municipal, já que somente a União pode atuar, diretamente, no setor privado.

(Quadrix - 2026 - CREFITO 17ª Região)

De acordo com os atos administrativos e com o processo administrativo, julgue o item seguinte:

04. O desvio de poder resta configurado quando o agente público pratica ato visando ao interesse público, mas fora de sua esfera de competência legal.

(Quadrix - 2026 - CREFITO 17ª Região)

No que diz respeito à fiscalização administrativa e aos autos de infração, julgue o item a seguir:

05. O auto de infração, por ser ato administrativo, possui presunção absoluta de veracidade, impedindo que o autuado apresente defesa com base na ausência de requisitos formais.

(Quadrix - 2026 - CREFITO 17ª Região)
No que diz respeito à fiscalização administrativa e aos autos de infração, julgue o item a seguir:

06. O auto de infração, por ser ato administrativo, possui presunção absoluta de veracidade, impedindo que o autuado apresente defesa com base na ausência de requisitos formais.

(Quadrix - 2026 - CRB - 1ª Região (DF, GO, MT e MS) - Assistente Administrativo)

Conforme di Pietro (2023), o princípio de presunção de legitimidade abrange, de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos, mas, de outro lado, a presunção da legalidade, já que a Administração Pública se submete à lei.

Acerca desse princípio, julgue o item a seguir:

07. Um efeito prático do referido princípio é o de inverter o ônus da prova, devendo o administrado apresentar a prova em sentido contrário.

(Quadrix - 2026 - CRTR - 12ª Região - Auxiliar Administrativo)

Com base nessa situação hipotética e na legislação aplicável, julgue o item seguinte:

08. A ausência de motivação escrita compromete a validade da decisão administrativa.

(Quadrix - 2026 - CRB - 1ª Região (DF, GO, MT e MS) - Assistente Administrativo)

Segundo de Paula (2020), o agente público, como representante da Administração Pública, deve atuar em conformidade com o princípio republicano constitucional, servindo à sociedade e não aos interesses pessoais ou de “apadrinhados”, rejeitando assim a noção de administração patrimonial onde cargos públicos são tratados como propriedade do soberano.

A partir dessa informação, julgue o item seguinte:

09. Os agentes públicos responderão diretamente pelos danos que, nessa qualidade, causarem a terceiros, não se admitindo a responsabilização civil do próprio Estado.

(Quadrix - 2026 - CRECI - 24ª Região (RO))

10. A teoria do risco integral da responsabilidade civil do Estado é aplicada no ordenamento jurídico brasileiro em situações excepcionabilíssimas, como danos nucleares ou danos ambientais. Segundo essa teoria, admite-se a excludente de responsabilidade quando ficar comprovada a culpa exclusiva da vítima ou quando o fato decorrer de caso fortuito ou força maior.

(Quadrix - 2025 - CRO-SP)

A respeito do direito administrativo, julgue o item seguinte:

11. O poder disciplinar permite à Administração Pública apurar infrações e aplicar penalidades aos seus servidores públicos.

(IV - UFG - 2026 - Prefeitura de Senador Canedo - GO - Educador Social)

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) estabelece, por meio do art. 23, que a assistência social deve organizar serviços e programas de amparo voltados a diferentes grupos em situação de vulnerabilidade.

12. Entre os grupos o amparo as pessoas:

- A.** em tratamento de câncer.
- B.** não alfabetizadas.
- C.** em situação de rua.
- D.** em desnutrição.

(FUNDATEC - 2026 - Prefeitura de Araquari - SC - Orientador Social)

Um orientador social do CREAS acompanha uma família composta por idosos, crianças e um adulto desempregado com história de violação de direitos. Durante o atendimento, constata que a família nunca acessou serviços do CRAS nem benefícios socioassistenciais. Em reunião de equipe, discute-se a articulação entre proteção social básica e especial à luz da Lei nº 8.742/1993.

13. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proteção social especial substitui integralmente a proteção social básica quando há violação de direitos, dispensando o acompanhamento pelo CRAS.

B. O acesso aos serviços socioassistenciais depende de contribuição prévia do usuário, conforme sua capacidade econômica.

C. A assistência social é uma política pública não contributiva, sendo direito do cidadão e dever do Estado.

D. O CREAS deve assumir todas as demandas da família, inclusive aquelas de prevenção, sem necessidade de articulação com o CRAS.

(Marinha - 2026 - Quadro Técnico - Primeiro-Tenente - Serviço Social)

14. Segundo a lei nº 8.742/1993, as entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social podem ser classificadas como:

- A.** de baixa, média e alta complexidade.
- B.** de proteção social básica e proteção social especial.
- C.** de gestão básica e gestão plena.
- D.** governamentais e não governamentais sem fins lucrativos.
- E.** de atendimento, de assessoramento e de defesa e garantia de direitos.

(FURB - 2026 - Prefeitura de Governador Celso Ramos - SC - Assistente Social Educacional)

A efetivação dos direitos sociais no Brasil exige a articulação entre diferentes marcos legais e políticas públicas. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 8.069/1990 e a Lei nº 8.742/1993 estruturam um sistema de proteção que demanda atuação intersetorial.

15. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proteção prevista nas legislações limita-se ao atendimento emergencial, não contemplando ações continuadas de promoção e prevenção social.

B. A atuação intersetorial entre políticas públicas contribui para assegurar direitos, integrando ações de proteção social, educação e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

C. As legislações estabelecem competências independentes, impedindo atuação conjunta entre profissionais de diferentes áreas das políticas sociais.

D. A efetivação dos direitos depende exclusivamente da atuação judicial, não sendo prevista intervenção das políticas públicas no cotidiano social.

E. A garantia dos direitos sociais ocorre de forma isolada entre políticas públicas, não sendo necessária articulação entre educação, assistência social e proteção à infância.



TURMA DE EXERCÍCIOS
SEDES | SEDF **AO VIVO**